

# Colóquios de Outono 2005-2006

## O PODER DAS NARRATIVAS AS NARRATIVAS DO PODER

Organização de  
ANA GABRIELA MACEDO  
MARIA EDUARDA KEATING



UNIVERSIDADE DO MINHO  
CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS



# Fatais enganos: a entropia dos discursos coloniais e seus preconceitos paralisantes

JOANA PASSOS

Centro de Estudos Humanísticos  
Universidade do Minho

Existe actualmente um certo silêncio sobre aquilo que foi a literatura indo-portuguesa e suas possíveis extensões actuais. Silêncio tanto mais notório pelo contraste com a vitalidade das literaturas africanas em língua portuguesa, cada vez mais reconhecidas e estudadas. No entanto, no caso de Goa, a língua portuguesa não se tornou de facto a língua falada e escrita por um significante sector da população goesa, o que determina práticas de estudo e investimentos académicos. A literatura indo-portuguesa é assim um caso marginal, quase invisível, quer no âmbito das literaturas nas sessenta línguas oficiais que a constituição indiana reconhece, quer no conjunto das literaturas em língua portuguesa. O que não quer dizer que não exista um conjunto de textos e autores que temos todo o interesse em estudar, pelo que nos revelam desse encontro de séculos entre culturas indianas e cultura portuguesa, das ideologias coloniais portuguesas e sua promoção, de sentimentos de lusofilia e de particulares formas de resistência anti-colonial. Também será relevante analisar ecos e paralelismos entre autores que escrevem ou escreveram sobre Goa, goeses, ou não. Outra abordagem possível será a de avaliar a presença da cultura e língua portuguesas nas instituições indianas locais. Todas estas perspectivas fazem parte da investigação que tenho levado a cabo, mas hoje venho falar do princípio desta questão, ou, se quisermos, de questões de princípio.

Existe ou existiu uma literatura indo-portuguesa? Depende do que entendemos por literatura. Se nos restringimos ao texto que tem uma dada carga intelectual e filosófica, e uma qualidade ao nível da escrita

que lhe confere o estatuto de arte, teremos alguns textos e alguns autores que serão dignos de referência. Poderemos assim definir um cânone e um *corpus* de excelência, actividade com interesse para definir opções curriculares ou prioridades de investigação. Mas actualmente, com a influência «dessacralizante» do pós-modernismo, que definitivamente contribuiu para abrir as portas da universidade a autores e géneros até então marginalizados, e com o impacto da crítica feminista e dos estudos feitos sob a égide das teorias pós-coloniais, uma visão canónica da literatura convive com outras abordagens a literaturas marginais, abordagens estas, igualmente enriquecedoras e reveladoras da própria identidade do centro e das práticas legitimadoras que determinados discursos e autores servem ou serviram. Tomamos assim uma visão mais lata do sentido de literatura, sem marginalizar as manifestações mais populares ou mais amadoras de ficção narrativa e da poesia. Até porque se pensarmos o poder de uma narrativa em termos do seu impacto popular, se calhar, as ideologias veiculados por amenos folhetins merecem fazer parte do arquivo histórico que estamos a tentar reescrever: o da arqueologia dos discursos coloniais e também de vozes resistentes, que o desautorizaram e transcenderam.

As raízes de uma literatura indo-portuguesa, para além da obra de autores isolados<sup>1</sup>, começam realmente no século XIX, com os chamados «jornais literários» (como tão correctamente lhes chama António Maria da Cunha<sup>2</sup> sublinhando o estatuto destas revistas, por um lado, como publicação periódica, de corpo reduzido, e por outro lado, pretendendo servir o culto da leitura e da escrita). Neste artigo, será discutido o aparecimento destes jornais literários, mas centramos o nosso estudo em duas destas publicações periódicas, aquelas que realmente tiveram um impacto e uma qualidade que as distingue de outras publicações. Abordaremos o GABINETE LITERÁRIO DAS FONTAÍNHAS e a ILUSTRAÇÃO GOANA, ambos com pretensões de seriedade científica e profundidade intelectual. De entre as várias secções que

---

<sup>1</sup> António Galvão (?-1557); Baltasar da Costa (1538-1580); Belchior de Figueiredo (1529-1607); Jorge de Lemos (?-1593); Fernão Alvares do Oriente (1540-1595); Frei Miguel da Purificação (1589-?); Padre José Vaz (1651-1711); Cosme da Guarda (?-?); António João de Frias (1664-1727); Leonardo Pais (1662-1715); Sebastião do Rego (1699-1785) – sobre a vida do venerável padre José Vaz, in *A Literatura Indo-portuguesa*, 1971, Devi, Vimala e Seabra, Manuel de, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.

<sup>2</sup> Cunha, António Maria, 1923, «A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa» in *A Índia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, vol. II, pp. 503-521.



constituíam o corpo destes «jornais literários», que incluíam biografias, ensaios, e algum jornalismo, vamos deter-nos na discussão de dois folhetins, relacionando-os com o resto do exíguo conjunto de textos do mesmo género publicadas nestas revistas. A partir desta análise pretendemos demonstrar de que forma a promovida ideologia sexista e a representação de uma sociedade profundamente hierarquizada legitimavam o sistema colonial, mesmo quando este não é directamente referido. Estamos, assim, a trabalhar a desconstrução de práticas hegemónicas discursivas que serviam a continuidade do colonialismo. Mas antes de aprofundar esta análise torna-se necessário descrever um pouco do contexto em que surgiu o jornalismo em Goa, e da forma como se foi criando um público leitor para estes jornais literários e respectivos folhetins.

No enquadramento do nosso objecto de estudo (uma possível literatura indo-portuguesa) é necessário ter em conta coordenadas temporais e contexto histórico-político. Existe uma rotura muito profunda entre as práticas editoriais que marcaram a presença da língua portuguesa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII, e o que aconteceu durante os séculos XIX e XX. Em primeiro lugar, procuramos uma escrita indo-portuguesa e não uma escrita de navegadores portugueses sobre o oriente e o período das descobertas. Em segundo lugar, não iremos abordar aqui os textos de divulgação religiosa, o que quer dizer que estou a eliminar do meu âmbito de estudo, praticamente tudo o que foi publicado em Goa até ao princípio do século XIX.

É um dado adquirido que os portugueses tiveram o mérito de levar a imprensa para o território de Goa<sup>3</sup>, pequeno enclave do continente Indiano com uma área que teria sensivelmente menos do que uma vigésima parte de Portugal. Neste pequeno território, a Santa Inquisição controlava tudo o que era editado. Existia também a censura do Estado (casa real portuguesa, e mais tarde o estado português). E tal como aconteceu em Portugal continental durante o ins-

---

<sup>3</sup> Note-se que, por exemplo, os ingleses só trouxeram impressoras para a Índia em 1772 – Madrastra, 1778 – Calcutá e 1792 Bombaim. A companhia de Jesus tinha uma imprensa no colégio de S. Paulo-o-Velho em 1540, e em 1616 instalaram uma segunda tipografia no Colégio de S. Inácio de Loiola. Uma terceira imprensa, secular, existia, nesta época, na cidade de Velha Goa e era propriedade de João Blávio. Dados retirados de um estudo de Jaime Rangel – RANGEL, Jaime 1956, «A Imprensa em Goa», *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, número 73 (número comemorativo do IV centenário da imprensa em Goa) Goa, Bastorá: Tipografia Rangel.

Havia também impressoras indianas sendo a mais próxima de Goa, em Cochim (*Documentos para a história da Tipografia Portuguesa*, 1881, Lisboa).

tável século XIX com as suas guerras liberais, o que se podia publicar, ou não, dependia de quem estava no poder. Era o período das sucessivas «leis da rolha»<sup>4</sup> (entenda-se de censura), ou «sem rolha», quando uma maior liberdade de expressão era tolerada à imprensa.

Por outro lado, para além dos condicionalismos que determinavam aquilo que era possível publicar, o lugar das letras portuguesas em Goa, dependeu, como é evidente, de um público leitor/falante. De acordo com Teotónio de Sousa, aqueles para quem o português era a língua mãe/primeira nunca teriam constituído uma percentagem muito elevada da população local. Teotónio de Sousa avança com uma percentagem de 5%, o que corresponderia a alguns milhares de habitantes. Para ter um número concreto, calculei 24 500, numa população de cerca de 490 000<sup>5</sup> (incluindo além de Goa, Damão e Diu, a partir de dados do início do século XX).

A propósito da percentagem da população que em Goa falava português, refira-se que as reformas no ensino/aprendizagem da língua portuguesa sofreram uma profunda mudança no século XIX com a secularização do ensino. Anteriormente, o ensino estava nas mãos de ordens religiosas, sobretudo dos Jesuítas, que sempre tentaram cativar alunos (do sexo masculino) entre a população local. No entanto, no século XIX, o acesso à educação formalizou-se, e tornou-se muito mais abrangente na maior parte dos países da Europa ocidental, o que se reflectiu na organização do ensino nas colónias dos diversos países. Sobre este assunto, Maria Carlos Silve (1999)<sup>6</sup> refere que durante mais de duzentos anos o ensino foi monopólio das ordens religiosas, que, de um modo geral permaneciam indiferentes às profundas alterações ocorridas na Europa, sobretudo no campo das ciências, pois o ensino das ordens religiosas visava sobretudo formar clérigos, ou então alunos com alguma preparação na área de direito (assegurando assim uma série de serviços, recrutando funcionários públicos locais). As ordens

---

<sup>4</sup> Esta expressão, que compara o poder do estado (e eu acrescentaria, da igreja) a uma rolha que pode conter a voz contestatária de críticos e activistas, foi retirada de um curioso estudo sobre a caricatura em Portugal de Osvaldo de Sousa (1991), que me chamou a atenção por reconhecer no seu texto sobre práticas editoriais portuguesas, especificamente durante o século XIX, as mesmas práticas que reencontrei em Goa, e que nos permitem compreender sucessivos silêncios ao nível da actividade da imprensa. Sousa, Osvaldo de, *A Caricatura Política em Portugal*, Edição Salão Nacional de Caricatura, Lisboa, 1991.

<sup>5</sup> Ferreira, Martins, José F. (s/data), *Cadernos Coloniais, Estado da Índia* - Lisboa, Editorial Cosmos.

religiosas foram extintas em Goa em 1835<sup>7</sup>, e em 1836 aconteceu a Reforma do Ensino Primário em Portugal, obra de Passos Manuel. Assim, o ensino primário tornou-se obrigatório e criaram-se escolas para meninas. Também se criaram os liceus, organizando o ensino secundário. Em 1854, criou-se o Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, em Pangim e na Índia Portuguesa instituiu-se ainda o ensino superior, por decreto-lei (régio) de 1869, passando a funcionar a Escola Médica de Goa no antigo Palácio da Pólvora.

Entre a população goesa, o ensino da língua portuguesa não era muito cativante pois faltava aos professores o conhecimento da língua marata ou concani para fazer a ligação à língua materna dos jovens. Muitos pais preferiam enviar os filhos para escolas maratas. O concani era a língua dominante em Goa, falado pela maior parte da população, mas não era usado na escrita<sup>8</sup>, e este detalhe é que explica não serem as escolas em concani as grandes rivais das escolas portuguesas, (note-se que me reporto ao século XIX, pois hoje em dia a língua oficial de Goa é o Concani, e Goa tem uma Universidade). Em 1871 converteram-se as escolas portuguesas em escolas bilingues, de português e marata, por ordem do Visconde de S. Januário.

Concluindo, por tudo o que acima foi dito, é bem evidente que existe uma quebra muito grande entre as práticas que regem a publicação de livros e o acesso à educação antes do século XIX, e o mundo que emergiu durante tão conturbado século. Por isso este estudo se centra nos séculos XIX e XX. E começando pelo século XIX, quem então, falava e lia português em Goa, em 1800? Além dos reinóis (os funcionários portugueses que vinham do reino, em serviço) devemos referir mais dois grupos sociais: os descendentes e os convertidos.

Os descendentes eram as famílias que no início da presença portuguesa na Índia se tinham miscigenado, de acordo com as políticas de Afonso de Albuquerque, que não tiveram seguimento. Estas famílias

---

<sup>6</sup> Silva, Maria Carlos Afonso Ferreira da, 1999, *O Ensino em Goa no Século XIX*, Porto (Dissertação de Mestrado).

<sup>7</sup> Anteriormente, em 1759, o Marquês de Pombal já havia expulsado os Jesuítas, tendo a responsabilidade do ensino passado para outras ordens religiosas, como por exemplo os Franciscanos.

<sup>8</sup> Panduronga S. S. Pissurlencar refere que «(...) se a linguagem *falada* em Goa é o concani, a língua *literária* dos hindus goeses foi tradicionalmente o marata». O dito autor acrescenta que o marata era uma língua usada na escrita, de trato epistolar, enquanto que a língua de conversação pública e familiar era o concanim. – «A Propósito dos Primeiros Livros Maratas Impressos em Goa», separata do Boletim do Instituto Vasco da Gama, N.º 73, 1956, Goa (Bastorá), Tipografia Rangel.

antigas, tinham sido protegidos pelo poder português, e normalmente seguiam a carreira militar, no exército da Índia. Quando este foi extinto, em 1871, ocorreu uma profunda mudança social, pois os descendentes deixaram de ser o grupo socialmente dominante.

Os convertidos incluíam muitos hindus de castas aristocratas que sempre mantiveram a sua identidade de casta, independente de serem católicos ou não. Embora muitos brâmanes e chardós, as duas castas mais nobres dos hindus que viviam em Goa, falassem português e adoptassem alguns comportamentos sociais que seguiam padrões ocidentais, continuavam a falar concani em casa, ao nível da sua vida familiar (e a escrever em marata). Estes hindus, no período que nos interessa, frequentavam o sistema de ensino português em Goa e seriam ávidos leitores da imprensa, pois interessava-lhes interferir no debate político, em português (que era a língua do poder vigente). Pretendiam assim defender os interesses da sua casta, em franca rivalidade com os descendentes. Depois da partida dos portugueses (em 1961), estes hindus, mais ricos e privilegiados, passaram a mandar os filhos para escolas maratas e inglesas, sendo esta última a língua actualmente privilegiada na criação de uma outra ligação à Europa e o meio mais certo de promoção social dentro da sociedade indiana.

Tendo em conta os dados acima referidos, creio que temos uma ideia de quem falaria ou leria português em Goa (reinóis, certas castas privilegiadas que se tinham aproximado da cultura portuguesa e os orgulhosos descendentes). Não seria realmente um grupo de população muito numeroso e o número sugerido por Teotónio de Sousa parece fazer sentido.

Assim, em meados do século XIX, com um maior acesso à educação, e uma certa secularização da cultura, estavam criadas as condições para arrancar com a publicação de periódicos locais. Estes jornais locais (Goeses, de Bombaim ou mesmo de Damão e Diu) apareceram como veículo de debate político e meio de difusão de novas leis ou práticas administrativas; não como meio de difusão cultural. Continham, é certo, alguns textos sobre generalidades, mas a imprensa goesa do século XIX, deu sobretudo voz a diferentes posições políticas e seguiu as rivalidades entre descendentes (apoiantes do absolutismo), brâmanes, chardós (liberais) e reinóis (sobretudo pró-liberais).

Mas voltemos um pouco atrás. Jaime Rangel (proprietário da tipografia Rangel, uma das mais fecundas de Goa), no seu artigo sobre a imprensa em Goa (1956) afirma que só em 1821 foi adquirida, de Bombaim, a primeira imprensa ao serviço do estado para se imprimir



a *Gazeta de Goa* (22 de Dezembro de 1821). Temos aqui o ponto de partida para uma imprensa local, mas só em 1900 surge o primeiro jornal diário, *O Herald*, sendo o seu director o Dr. António Maria da Cunha, personagem que nos interessa também pelo meticuloso estudo que nos deixou: uma compilação da imprensa publicada na Índia Portuguesa (1923) onde nos apresenta um cenário surpreendentemente produtivo, e em várias línguas, nomeadamente em marata, concani, inglês e português. Neste estudo, o Dr. António Maria da Cunha tem uma secção específica intitulada «o jornal literário» onde se destaca, pelo prestígio, a ILUSTRAÇÃO GOANA (de 1864 a 1866, revista mensal). O GABINETE LITERÁRIO DAS FONTEÍNAS também é referido de uma forma muito positiva, mas é incluído na secção sobre jornais históricos (o que faz todo o sentido dado o objectivo principal da revista que era divulgar documentos históricos).

Estes jornais literários não seriam deliberadamente políticos. Creio que tinham, isso sim, a aspiração de se tornarem referências culturais, mas ao moralizarem, faziam-no em função das ideologias dominantes, reforçando as formas de poder vigente. E no entanto, se comparamos a curta vida destas revistas com o sucesso dos almanaques, que incluíam preciosas informações sobre a agricultura, conselhos de saúde e higiene, calendário oficial e fases da Lua, teremos uma ideia dos principais interesses desse público indo-português. Apesar disso, alguns editores avançaram com projectos que se distinguiram pelo cuidado com uma mais elevada qualidade intelectual, embora dando voz a autores ainda numa fase de formação e aperfeiçoamento da técnica de escrita. Os dois jornais literários que tiveram um papel importante na procura de um público, e na formação de um gosto literário em Goa foram, sem dúvida, o GABINETE LITERÁRIO DAS FONTEÍNAS e a ILUSTRAÇÃO GOANA.

Começamos pela mais antiga destas revistas de carácter cultural: O GABINETE LITERÁRIO DAS FONTEÍNAS. Existiu de 1846 a 1848 e teve 36 números, posteriormente agrupados em três volumes (era um «mensário»). Deve-se no entanto distinguir estes 36 números, de outras duas publicações posteriores, com o mesmo nome e editados pelo mesmo Fellipe Nery Xavier, principal impulsionador da revista que aqui nos interessa discutir. Aquilo a que se chama o volume IV do GABINETE LITERÁRIO DAS FONTEÍNAS, de 1850, é uma publicação de documentos históricos reunidos por Nery Xavier que veio a distinguir-se sobretudo como historiador e que manteve o nome do seu anterior projecto nesta outra actividade. Assim, o sub-título do IV volume é *Esboço de hum Diccionário Histórico-Administrativo*. Em 1852, aparece o V volume, a

*Collecção das Leis Peculiares das Comunidades Agrícolas das Aldeias dos Concelhos das Ilhas, Salcete e Bardez: Parte I*, igualmente uma relação de documentos históricos relativos à administração de Goa pelo governo colonial português.

A actividade de Nery Xavier como historiador não é relevante para as questões que pretendemos aqui abordar, mas é um dado importante para desde já sublinhar a linha de pensamento lusófila que seguirá este editor. Reunir a história das práticas imperiais e guardar a sua memória é uma atitude que fala por si. No seu primeiro volume, *O GABINETE LITERÁRIO DAS FONTAÍNHAS*<sup>9</sup> (1846) inclui um «Prospecto», primeiro texto da revista, que define os objectivos da mesma:

«Todavia a associação do Gabinete Literário das Fontaínhas, ao passo que expressa este sentimento (de mal poder aspirar à glória de associar o seu nome ao dos génios literários), e confessa sincera, e francamente o seu diminuto cabedal, vai dar-se ao trabalho de redigir hum periódico, sem a ideia de ostentar talentos, e alardear erudição, e só sim com o único fim de propagar conhecimentos de interesse local.

(...) será permitido que huma reunião dedicada a trabalhos literários dê ao público, em linguagem humilde, notícias do seu país, e algumas outras, que com ellas tenham relação.

(grafia original, 1846: 3 - Prospecto)

Pretende-se então uma revista com um carácter informativo, centrada no universo local, para um público goês. O mesmo prospecto diz ainda que não se irão publicar textos que tenham a ver com política, nem querem os redactores deste jornal literário envolver-se em «maldicências» nem na actividade de «lisonjear por servilismo». Esta declaração de intenções demarca assim a actividade do *GABINETE LITERÁRIO DAS FONTAÍNHAS* de outras publicações jornalísticas, acima descritas, ou seja, da imprensa que servia a afirmação de determinados grupos de pressão social, em franca rivalidade. Mas, para além de salvaguardar a diferença em relação a outras práticas jornalísticas, o prospecto assume algumas cedências para além da publicação de documentos históricos, declaradamente, o primeiro e principal intuito das actividades desta associação. Acontece que a divulgação de documentos históricos (sem análise nem comentário), não chegaria para cativar um público e os sócios do gabinete literário sabiam que o seu jornal

---

<sup>9</sup> A revista era vendida por subscrição, 540 réis por semestre, distribuída na Loja da Imprensa, na capital (Pangim) e nas casas dos Correios Subalternos das comarcas.

seria assim olhado com «a maior indiferença possível» (1846: n.º 1, p. 5). Logo, era preciso divertir também, e agradar ao «belo sexo»:

Que nos importam, (dirá muita gente), os documentos ineditos que por ahi se corrompem, nem a sua veneranda antiguidade? (...) nem também as actas do Governo publicadas pela folha Official?! O Bello sexo, que também costuma aqui lêr periódicos, (...) prestar-se-há de bom grado a confirmar esta asserção.

(Gabinete Literário das Fontainhas, 1846, n.º 1, p. 5)

Cada número continha, normalmente, para além de uma grande quantidade de documentos históricos variados, a «Etimologia dos meses do ano», «Parte Oficial» (avisos, novas leis, ou novas regras de organização), ensaios antropológicos sobre os hindus, «Anedoctas», «Máximas Morais»<sup>10</sup>, «Adivinhações» e as «Variedades», onde apareciam os folhetins e alguns poemas. No terceiro volume, já numa fase de transição para as publicações históricas, as «Variedades» estão reduzidas a «Anedoctas» e «Adivinhações».

Da leitura desta revista podemos deduzir que os primeiros géneros cultivados por autores goeses foram a poesia, o conto e o folhetim, o que faz todo o sentido, pois os textos a publicar em cada número não podiam obviamente ser muito longos. Na prática, apesar das boas intenções do prospecto acima referido, acabou por não haver muito espaço para publicação de outros textos, para além de documentos históricos. Interessa-me analisar sobretudo os folhetins, por toda a constelação de práticas sociais que invocam, sendo mais extensos do que os simples contos.

O folhetim «Hum Fatal Engano» (publicado no primeiro volume, nas páginas 163-166; 185-187; 209-211 e escrito por Manuel Joaquim da Costa Campos) é um perfeito exemplo do género. Como tal, segue uma série de estereótipos, dando corpo a um enredo previsível que recorre a determinadas fórmulas narrativas. Numa narrativa que é publicada em série, para um público pouco treinado e possivelmente não muito culto, este recurso à memória de outras narrativas facilita a compreensão, e desde logo o prazer da leitura. Na verdade, em todas as narrativas publicadas pelo GABINETE LITERÁRIO DAS FONTAÍNHAS, as intenções pedagógicas são muito claras. Assim sendo, o previsível

---

<sup>10</sup> Talvez venha a propósito da existência desta secção referir que Nery Xavier estudou no seminário de Chorão e publicou de 1840 a 1845 a «Folhinha Eclesiástica Civil e Histórica».

enredo amoroso é povoado por personagens tipo, claramente divididas entre o bem e o mal. A transgressão que inicia o conflito deve-se a uma atitude inaceitável, tomada por uma das personagens. Normalmente, no desenlace da acção, a ordem é reposta, consolidando-se os ensinamentos morais. Mas o folhetim tem de manter o interesse dos seus leitores de número para número e por isso a virtuosa intenção pedagógica tem de aceitar conviver com o sexo, a paixão, o mistério e o terror (não esqueçamos que o gótico está no seu apogeu de popularidade no século XIX)<sup>11</sup>.

Atente-se, a título de exemplo, na linguagem utilizada no início do folhetim, que, claramente, retira dos contos de terror os modelos estéticos para uma escrita que prenda a atenção do leitor:

Era huma noute de Inverno, o trovão rebombava no firmamento com estampidos horríveis: o vento sibilava impetuoso, e levantava no mar vagas, que furiosamente mordiam os rochedos, causando hum ruído infernal (...)

(Costa Campos, *in* O Gabinete Literário das Fontaínhas, vol. I, n.º 6, p. 163)

Por sua vez, o enredo de «Hum Fatal Engano», pode resumir-se da seguinte forma: uma jovem menina tem um namoro, às escondidas, com um mancebo que vem vê-la à noite. Ela abre a janela do quarto, aparece uma escada, e o namorado sobe. Um dia são vistos por um pagem da casa, que, como aquela é a janela do quarto da tia da menina, vai dizer ao seu amo que a esposa tem um amante. A partir daqui, a narrativa é uma cópia de um modelo retirado da literatura europeia, neste caso, do *Otelo*, de Shakespeare: o dono da casa, julgando-se enganado, espera o dito amante que assassina, e em seguida assassina a sua virtuosa esposa. Ao aperceber-se do erro que cometeu (a menina Matilde esclarece a situação), o sanguinário senhor tenta suicidar-se mas tiram-lhe o punhal. Cai então numa profunda melancolia vindo a morrer vinte dias depois. A menina Matilde enlouquece e morre dois anos volvidos. Quanto ao pagem, que com a sua denúncia gerou o fatal engano, cai sem sentidos quando confrontado com os dois assassínios inúteis, vindo a desaparecer para sempre da casa que servia com tanta fidelidade.

---

<sup>11</sup> Aliás, ilustrando a moda literária, um dos contos publicados pelo GABINETE LITERÁRIO DAS FONTAÍNHAS intitulava-se a «Noiva do Kynast» e incluía os fantasmas dos pretendentes que voltam para assombrar uma noiva que os desprezou.

Este resumo, agressivo pela sua brevidade e ligeireza, não será tão injusto como possa parecer pois estamos a tratar de textos que não são realmente subtis nem muito profundos. A própria estrutura narrativa é pouco hábil e certas passagens são de um estilo duvidoso. No entanto, estas revistas são a infância de uma literatura local, indo-portuguesa, e por isso mesmo, considero muito relevante reconstituir esta parte esquecida de uma possível história literária local. Num outro nível, e à luz das questões pós-coloniais que estruturam as linhas de força desta investigação, estes textos são muito reveladores das narrativas sancionadas por uma ideologia lusófila, ou, se quisermos, colonial. Numa revista que publica «Máximas Morais», um certo pudor em relação a práticas de doutrina não devia ser pertinente. Além do mais, como sugerem Michel Foucault<sup>12</sup> e Homi Bhabha<sup>13</sup> os discursos do poder inscrevem-se e propagam-se não só nas instituições mais formais, mas em práticas muito menos óbvias, quotidianas, populares e generalizadas, que penetram a vida do indivíduo em redes de micro-poderes, periféricos e capilares, de difícil confronto e resistência.

No caso do folhetim que acima referimos, e que está muito próximo dos outros folhetins incluídos nesta revista (por isso serve como exemplo emblemático), o que se nota é que a repressão de qualquer iniciativa ou papel activo por parte das personagens femininas é representada como condição fundamental para manter a ordem social.

Esta mesma linha temática é documentada por estudos, bastante mais amplos e aprofundados, que se debruçam sobre questões de género no âmbito do pós-colonial como é o caso das obras de Ania Loomba<sup>14</sup>, Anne McClintock<sup>15</sup> e Nira Yuval Davies<sup>16</sup>, que demonstraram como a feminização das colónias, ou a representação do encontro colonial como a aceitação de um «superior» parceiro branco pela sensual mulher local, são poderosos mitos de propaganda colonial, disseminando a crença da necessidade da colonização europeia como forma de manter a «ordem», e de «instituir a civilização ade-

---

<sup>12</sup> Foucault, Michel (2002 [1979]), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro Edições Graal. Tradução e organização de Roberto Machado.

<sup>13</sup> Bhabha, Homi (1990), *Nation and Narration*, London and New York: Routledge.

<sup>14</sup> Loomba, Ania (1998), *Colonialism/Postcolonialism*, London and New York: Routledge.

<sup>15</sup> McClintock, Anne (1995), *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Context*, London and New York: Routledge.

<sup>16</sup> Yuval-Davies, Nira (1997), *Gender and Nation*, London, New Delhi: Sage Publications.

quada», num dado território. Mais, os slogans de resistência, que cativaram o apoio popular para as lutas de independência também apelavam à libertação da mãe Índia ou da mãe África, representando a nação como uma mulher aprisionada, como um corpo sagrado que está a ser violado pela presença do colonizador. Posteriormente, nos contextos «pós» luta pela independência, estas noções tornaram-se muito problemáticas para as mulheres das sociedades pós-coloniais visto que, normalmente, os sentimentos nacionalistas são sentimentos fortemente patriarcais e paternalistas e a sociedade em reconstrução muitas vezes pautou-se por um retorno a noções fundamentalistas de pureza étnica, de tradição e de honra familiar. De uma forma ou de outra, a forma como se representam as mulheres e se define a posição da mulher na sociedade aparece sempre carregada de implicações políticas, o que é tanto mais contraditório quanto o mundo da mulher é sempre tido como um mundo primordialmente familiar e doméstico. Mas a questão é mesmo essa. As formas de propaganda mais eficazes apelam ao concreto, ao que nos está mais próximo e onde estão investidos os afectos.

Pela continuidade que encontro nos enredos dos folhetins publicados em Goa, nesta e noutras revistas, e pela insistência, em termos de enredo, em focar sempre a necessidade da repressão feminina como forma de controlo social num contexto colonial, onde uma estreita relação de colaboração entre senhores e amos pautada pela necessidade de vigiar e controlar as mulheres, é constante, creio poder argumentar que a sobreposição destes discursos não era inocente, e a força da presença portuguesa em território colonial passava pelo cultivar desta mentalidade sexista, que predispunha à aceitação de uma lógica social repressiva e preconceituosa. A promovida entropia, que advém da centralidade das relações familiares e de clã/casta na concepção de obrigações e direitos sociais, era muito conveniente para a manutenção do estado colonial. Também não se deve minimizar o apelo à colaboração entre os homens de diferentes castas ou culturas, criando laços masculinos entre os representantes das várias comunidades.

Pelo contrário, o espírito de aventura, o estímulo da curiosidade, por exemplo através de um policial, ou a narrativa de viagens (no sentido da descoberta de uma outra cultura, e não apenas como réplica de umas «Viagens na Minha Terra», em que se vai «para fora cá dentro») são muito menos visíveis na literatura dos jornais literários publicados em Goa no século XIX. É bem verdade que o folhetim pretende ter um enredo excitante e escandaloso, mas, pelo menos no caso da literatura indo-portuguesa de recreio, este é um género profundamente mora-



lista com a resolução do conflito a provar a necessidade de ordem. Senão vejamos: a uma série de transgressões de diversa ordem corresponde uma série de castigos, pelo que, ao fatal engano do pagem, que acusou baseado numa suposição, corresponde a culpa e a vergonha de ser responsável pela morte de dois inocentes; à fatal precipitação do pai da menina, corresponde uma culpa insuportável, ao atrevimento de uma menina que tem namorado sem os pais saberem, corresponde o castigo de perder o amado, levar à morte da tia e (dentro da uma visão do mundo patriarcal e católica, mas também hindu) trazer desgraças a toda a família.

De um ponto de vista colonial, seria louvável a representação de sentimentos de lealdade masculina entre criados e senhores, realçando a aliança de confiança entre os membros masculinos de uma casa, a tal ponto que a palavra do criado vale mais do que a palavra da esposa, sem a menor hesitação. Este laço de lealdade entre criados e senhores é metáfora óbvia da necessidade de coesão entre colonizadores e colonizados.

Na sequência do estudo acima referido é pertinente debruçarmos-nos agora sobre uma outra revista, *A ILUSTRAÇÃO GOANA*, que apareceu cerca de vinte anos mais tarde, e que é de alguma forma herdeira da tentativa de criar um público leitor conhecedor de géneros cultivados na Europa e, se possível com algum grau de exigência literária.

Existem na Biblioteca Nacional, em Lisboa, alguns exemplares de outras publicações com poemas de autores goeses, como por exemplo *O RECREIO DAS DAMAS* ou a *HARPA DO MANDÓVI*. Vale a pena folhear estas revistas para dar valor ao que, mesmo com alguma inexperiência, plágio e inverosimilhança os colaboradores do *GABINETE LITERÁRIO DAS FONTAÍNHAS* e da *ILUSTRAÇÃO GOANA* tentaram fazer.

O apoio de Nery Xavier à *ILUSTRAÇÃO GOANA* está comprovado pela sua participação, embora escassa, com alguns textos, neste caso sobre a real existência histórica de uma Madame Monteigui, figura famosa pelos favores que conseguia para a carreira do marido a troco dos seus encantos. A seriedade sorumbática do historiador contrasta fortemente com o (picante) tema que lhe foi atribuído, mas talvez o facto de o próprio Bocage cantar os encantos da Manteigui num par de sonetos (sendo Bocage poeta muito estimado pela sua estada em Goa), tenha justificado o tema, mesmo aos puritanos olhos deste ex-seminarista de Chorão.

A *ILUSTRAÇÃO GOANA* em si, era uma revista muito mais assumidamente literária, voltada para a divulgação dos grandes autores europeus, juntamente com biografias de personalidades locais, ensaios

sociais e científicos e a publicação de textos de um conjunto de colaboradores regulares.

Sobre autores europeus, publicaram-se três «Bosquejos Literários», espécie de resenha crítica em que se pretende apresentar ao leitor goês os principais autores da França, Inglaterra e Itália. O autor destes bosquejos é J. Gonçalves, editor, colaborador e coordenador, numa palavra, a alma da ILUSTRAÇÃO GOANA.

Na sua procura de divulgação do trabalho de autores locais, esta revista contou com o trabalho de vários colaboradores como o já referido Nery Xavier, Gerson da Cunha (colaborou com ensaios, por exemplo, sobre a mulher), Sócrates da Costa, J. C. Barreto Miranda, António João Quadros, Costa Campos (que já conhecemos como o autor de «Hum Fatal Engano», acima analisado) e o próprio Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves (J. Gonçalves) que aí publicou folhetins, contos e crónicas.

A ILUSTRAÇÃO GOANA foi um «mensário», publicado pela Imprensa Nacional, em Nova Goa, em Novembro e Dezembro de 1864 (os primeiros dois números), e que depois passou para a tipografia do jornal «O Ultramar» (até Dezembro de 1866). Sobre a ILUSTRAÇÃO GOANA dizem Vimala Devi e António Seabra (1961):

«A ILUSTRAÇÃO GOANA foi talvez a revista literária que maior influência teve na vida cultural do país (Goa). Se não foi a primeira revista literária de Goa, foi sem dúvida a mais influente, e mesmo a primeira que perdeu grande parte do carácter de divulgação que até então as revistas literárias assumiam.»

(Devi e Seabra, 1961: vol. I, p. 143)

O objectivo primeiro da ILUSTRAÇÃO GOANA foi procurar formar um público, apostando no desenvolvimento de carreiras literárias. Coerentemente, os seus redactores experimentaram vários tipos de texto, como por exemplo a literatura de viagens (que não passam da ida a uma romaria numa aldeia próxima, imitando, sem pudor, o estilo de Almeida Garrett), muita poesia, incluindo alguns poemas narrativos com continuação de número para número; contos de inspiração mais popular na secção «Contos da Minha Terra» e folhetins, para além dos ensaios e crónicas.

O grafismo da revista é agradável e sóbrio, com caracteres elaborados. Toda a revista é a preto e branco, com uma distribuição de texto muito elegante, bem mais airosa do que a do GABINETE LITERÁRIO DAS FONTAÍNHAS. Nota-se, a vários níveis, outro cuidado estético.

«Traição» é o folhetim mais longo publicado na ILUSTRAÇÃO GOANA, e apesar de ter uma qualidade muito duvidosa, teria sido o mais conseguido. Foi escrito pelo proverbial J. Gonçalves e arrancou logo nos primeiros números da revista, pelo que é um texto de 1864.

O meu interesse em abordar aqui um segundo folhetim apenas servirá para comprovar a permanência de determinados temas e ideologias, num folhetim escrito por um outro autor, numa outra revista, vinte anos mais tarde. «Traição» é sobre a quebra de um pacto de suicídio por parte de Maria Coutinho. Todo o enredo segue a crescente paixão do primo António, que recruta a ajuda de uma velha aia para lhe servir de intermediária junto da jovem. É um amor proibido pelo pai da menina que não hesita em expulsar António de um baile. Esta exposição pública da rejeição de António como pretendente significa uma decisão irrevogável pelo que só restaria aos amantes fugir ou suicidar-se. Maria Coutinho não ousa alinhar numa fuga, logo só resta o suicídio, combinado para uma dada hora, embora separadamente. António escreve uma nota de despedida e toma veneno. O folhetim acaba com o funeral de António, visto com indiferença por Maria Coutinho.

Na conclusão deste folhetim, o narrador reflecte sobre a perfídia das mulheres e sobre a fragilidade dos jovens como António, que não se deixaram guiar pelos conselhos de outros familiares mais experientes, ou pelo convívio com um ciclo de amigos que serve de aprendizagem em relação aos perigos da sociedade. No isolamento de António, apenas ajudado pela velha aia, estaria o verdadeiro motivo da tragédia, já que a condição feminina é irremediavelmente perversa, requerendo constante vigilância:

«Era aquele o limite para o lugar das mulheres no templo divino. Isso de o bello sexo ocupar o cruzeiro todo, isso de as cadeiras de sala substituírem os tapetes, isso de se trocar a honestidade dos véus por chapéus enfeitados a perder de vista, isso de balanços, isso de leques agitados, isso finalmente de risos, de abraços, e de cumprimentos, a frente dos altares, e muitas vezes, até, estando exposta a hóstia consagrada, foi coisa que até aqueles tempos, até aos tempos de Maria Coutinho, não havia visto nem sonhado a fidalga mais degenerada, nenhum espírito o mais possivelmente irreligioso.

Isso veio para nós atrás das luzes civilizadoras da actualidade. Isso he hoje um dos principais resultados d' uma illustração apurada. O domínio feminil está arvorado. Só resta abdicar das crinoline.»

(J. Gonçalves, 1864)

Na rejeição dos «ares de modernidade», este texto reafirma valores conservadores, medindo a decadência do presente pelo facto de as mulheres estarem degeneradas e sem espírito religioso, o que só pode levar a uma abominação: «o domínio feminino». E de facto, António é manipulado por Maria Coutinho, por mero capricho, cumprindo com as expectativas de leitura sugeridas pelo título do folhetim. Temos na traidora Coutinho, uma vilã que materializa essa feminina força perversa que só a igreja consegue controlar adequadamente. Paralelamente, a inversão deste domínio feminino implica uma maior religiosidade, e um maior laço de apoio e solidariedade entre os familiares mais velhos, como círculo social que oriente os mais jovens ou os reprima, de forma a evitar devaneios trágicos.

Se recordarmos o folhetim anteriormente analisado «Hum Fatal Engano», a semelhança que subjaz à ideologia promovida pelos dois textos é notável. Um descuido permite a uma dama levar a cabo os seus desígnios, e o resultado é fatal. No caso de Matilde, a sua acção irreflectida é completamente desprovida de má intenção, no caso de Maria Moutinho, o mal infligido é deliberado. Quer num caso, quer no outro, a falta de «guarda» em relação às mulheres revela as fragilidades no ciclo social de controlo. Ao jovem António, falta um líder que o proteja e defenda, um pai colonial, que domine o irracional e o malévolo no convívio social.

E se ainda tivéssemos dúvidas sobre o valor desta literatura de recreio como mecanismo de repressão colonial, atente-se nas máximas morais de D. Francisco Manoel, o perfeito resumo da atitude ideal para adiar eficazmente qualquer atitude de resistência ou de organização política:

Ouve e cala,  
E viverás vida folgada;  
Tua porta serrarás;  
Teu vizinho louvarás;  
Quanto podes não farás;  
Quanto sabes não dirás;  
Quanto vês não julgarás;  
Quanto ouves não crerás;  
Se queres viver em paz.

D. Francisco Manoel in O GABINETE LITERÁRIO DAS FONTAINHAS, 1846